



## USP ESALQ – ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

Veículo: Clipping do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP

Data: 23/07/2012

Link: <http://clippingmp.planejamento.gov.br/cadastros/noticias/2012/7/23/>

Página: - / -

Assunto: Alianças inéditas

### Alianças inéditas

Foi um acontecimento histórico. O aroma da galinhada exalava na recepção aos convidados no Assentamento Jaci Rocha, município do Prado (BA), quando chegaram as lideranças dos dois lados em questão: o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e a Fibria, produtora de celulose e papel que detém quase 170 mil hectares no Extremo-Sul da Bahia. Não faz muito tempo, encontros do gênero só aconteciam nos corredores dos tribunais para a solução litigiosa de conflitos. Desta vez, o motivo era de festa: a inauguração de uma escola agroflorestal para jovens de assentamentos da região e outras partes do Brasil, destinada a fomentar práticas sustentáveis e uma nova cultura no campo.

Em negociação inédita, a Fibria - proprietária da fazenda ocupada há 12 anos pelos sem-terra - abriu mão de novas ações de reintegração de posse e terá a área desapropriada para investir no projeto agroecológico durante cinco anos, encerrando o conflito e beneficiando 1,2 mil famílias. "Muda-se a relação entre capital e trabalho", analisa Paulo Kageyama, pesquisador da Esalq, da Universidade de São Paulo. Kageyama orienta os assentados na produção de alimentos em sistemas agroflorestais, sem uso de agrotóxico e com a conservação da Mata Atlântica - ambiente que fornece água e condições de clima essenciais à sustentabilidade futura do próprio eucalipto do entorno.

"É um marco no convívio do agronegócio com a agricultura familiar", afirma José Penido, presidente do conselho de administração da empresa. A questão, diz ele, é de consciência, mas também de sobrevivência do negócio. "A estratégia é superar antagonismos e encarar os problemas historicamente agudos no Sul da Bahia", ressalta o executivo. Ao seu lado, Márcio Matos, da direção nacional do MST, garante: "Chegamos a um novo paradigma de negociação sobre passivos, diálogo que surgiu a partir de relações conflituosas e se repetirá junto às demais empresas do setor".

A iniciativa ilustra a força das alianças como estratégia de gestão na transição para "economia verde". Diante das urgências ambientais e sociais, já não é possível depender apenas de governos ou de ações isoladas das empresas. "Caiu a ficha para a importância da união em torno de compromissos mútuos", enfatiza Beto Mesquita, da ONG Conservação Internacional, membro do Pacto pela Restauração da Mata Atlântica, do qual participam prefeituras, empresas, fazendas, sindicatos, centros de pesquisa e conglomerados empresariais.

"Percebeu-se que o problema do bioma, mais que o desmatamento, é a necessidade de sua recuperação como forma de se gerar negócios, conservar recursos e reduzir impactos futuros às atividades econômicas", explica Mesquita. A partir de uma metodologia aprovada tecnicamente, a meta é recompor 15 milhões de hectares até 2050.

A expressão "responsabilidade compartilhada" vira moda. No caso da soja, a cobrança internacional forçou o setor a se aliar a ONGs e governo para sair da inércia. "Passamos a ser proativos e declaramos ao mercado que não compraríamos grãos produzidos em áreas desmatadas depois de julho de 2006", diz Carlo Lovatelli, presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais.

Lançada quando o desmatamento atingia recordes na Amazônia, a Moratória da Soja criou um sistema de monitoramento por satélite, sobrevoo e vistoria de campo, acompanhado por um comitê. "Descobrimos o ovo de Colombo", diz o executivo, recordando-se do dia em que os ambientalistas pela primeira vez se sentaram à mesa com os empresários do setor: "foi uma reunião difícil e tensa, porque a relação até então era litigiosa".

O modelo chega à construção civil. Após nove meses de negociação, em março o governo federal assinou com sindicatos patronais e de trabalhadores um compromisso para a melhoria das condições de trabalho. Nove empreendimentos aderiram ao acordo, que obriga a qualificação e a contratação sem intermediários

que exploram a mão de obra. "A iniciativa induz mudanças na relação capital-trabalho em um dos setores que mais geram empregos no Brasil", justifica José Lopez Feijóo, assessor da Secretaria Geral da Presidência da República. Além do ganho social, diz, o resultado é "aumento da produtividade e o diferencial de mercado para as empresas". Órgãos do governo federal que licitam grandes obras planejam inserir a adesão ao compromisso como condicionante nos contratos.

Igual estratégia aplicou-se ao setor da cana-de-açúcar, cujo acordo, assinado por 300 empresas com aval do governo federal, valerá até o ano que vem, com auditorias de campo que conferirão um selo de boas práticas. A iniciativa complementa o protocolo sobre etanol verde, gerido pelo governo estadual de São Paulo com meta de eliminar a queima da cana até 2014 para áreas mecanizáveis e 2017 para as demais. Hoje 34,8% da colheita se dá depois das queimadas - a metade do que era há quatro anos, quando o pacto foi lançado.